

## Campanha salarial dos Trabalhadores do Sistema Petrobrás

# FUP cobra avanço na negociação e convoca Conselho Deliberativo para quinta-feira, 16

Ao final de mais uma rodada de negociação com a Petrobrás e subsidiárias, ocorrida no último dia 08, a FUP cobrou uma nova reunião para que a empresa avance no atendimento das principais reivindicações da categoria. A proposta apresentada pela Petrobrás foi refutada pela FUP na própria mesa de negociação, pois não apresenta avanços significativos em relação ao que já foi rejeitado pelos trabalhadores nas assembléias.

A Federação tem sido enfática ao cobrar avanços no processo de negociação. Os resultados da empresa, fruto do esforço coletivo dos trabalhadores, falam por si só. A Petrobrás tem condições de garantir um acordo que valorize sua força de trabalho, contemplando os principais anseios da

categoria.

A empresa, no entanto, apresentou no dia 08 uma proposta que troca seis por meia dúzia. Passou de 1,5% para 2,5% o reajuste da RMNR, mantendo 6,17% sobre a tabela salarial e aumentando para 8,82% o reajuste do auxílio almoço, da Gratificação de Campo Terrestre e do Grande Risco da AMS.

A Petrobrás também manteve o abono de 80% sobre a RMNR, descontando-se o adiantamento feito durante o acordo da PLR (40% da Remuneração Mínima ou R\$ 1.500,00). A FUP deixou calro que o desconto proposto para o abono cria distorções graves na categoria, pois prejudica os trabalhadores que recebem salários abaixo de R\$ 1.900,00.

A proposta da Petrobrás também traz impactos negativos para os aposentados e pensionistas em relação ao reajuste da tabela do Grande Risco da AMS. Além destas distorções, o ganho real proposto pela empresa está muito aquém do que é reivindicado pelos trabalhadores, assim como o reajuste do auxílio almoço, cujo índice cobrado pela categoria é o sub-item do ICV Alimentação Fora de Casa (12,87%).

Sem falar que a Petrobrás continua sem responder a proposta da FUP de adiantamento dos benefícios dos aposentados e pensionistas que repactuaram. A FUP está convocando uma reunião do Conselho Deliberativo para discutir na quinta-feira, 16, os próximos encaminhamentos da campanha.

## A Petros e a crise de Wall Street

No mundo todo, os fundos de pensão estão sofrendo prejuízos significativos com a crise financeira desencadeada por Wall Street. No Brasil, não é diferente. Previ, Petros, Funcéf e outros fundos sólidos já acumulam perdas bilionárias, cujos impactos não são maiores devido aos excelentes resultados obtidos nos últimos anos. Pela primeira vez, desde 2003, o Plano Petros corre o risco de não conseguir cumprir sua meta anual de desempenho - 6% acima do IPCA.

Até agosto, antes do epicentro da crise nas bolsas de valores, o plano já havia contabilizado déficit de R\$ 4,543 bilhões. Levando-se em conta as perdas de setembro e outubro, o déficit poderá ultrapassar R\$ 5,5 bilhões. O diretor da FUP, Paulo César Martin, conselheiro deliberativo da Petros eleito pelos participantes, cobrou que

a diretoria da Petros e a equipe da área de investimentos façam uma apresentação ao Conselho Deliberativo sobre os impactos da crise financeira para os Planos Petros e Petros 2. O conselheiro cobrou também que seja discutida nesta apresentação se há necessidade de revisão da política de investimento da Petros.

### Divisionistas contra o equilíbrio atuarial

Enquanto o déficit do Plano Petros aumenta, a nau dos insensatos, comandada pelos divisionistas, segue navegando em águas turbulentas, em direção contrária aos interesses dos petroleiros da ativa, aposentados e pensionistas. Mesmo em meio a uma crise financeira gravíssima, que já começa a comprometer o patrimônio dos trabalha-

*Continua no verso...*



**Solidariedade**  
*Dirigentes da CUT e da FUP estiveram na Bolívia participando de várias atividades de apoio ao processo de mudanças em curso no país e para reiterar a solidariedade das entidades cutistas ao governo democrático e popular de Evo Morales. O presidente aproveitou para manifestar seu apoio à campanha dos trabalhadores brasileiros por um novo marco regulatório que garanta o controle do estado sobre as jazidas de petróleo e gás do país.*

dores, os conselheiros Paulo Brandão, Yvan Barreto, Fernando Siqueira e Guilherme Vasconcelos, que têm responsabilidade civil com os planos geridos pela Petros, continuam municiando as associações e sindicatos divisionistas contra o acordo que injetará mais de R\$ 6 bilhões no Plano Petros.

Eleitos e apoiados por estas entidades, estes conselheiros dão sustentação ao terrorismo judicial dos divisionistas para tentar impedir o acordo referendado por mais de 70% dos participantes e assistidos que repactuaram. A última ação destes insensatos e irresponsáveis foi a apelação feita ao juiz da 18ª Vara Cível do Rio de Janeiro para suspender a homologação da transação judicial.

A má fé dos divisionistas ficou explícita ao longo de todo o processo de repactuação e das duas audiências de esclarecimento que antecederam a homologação da transação judicial, que teve parecer favorável, inclusive, do Ministério Público.

Os documentos e a sentença estão disponíveis na página da FUP: [www.fup.org.br/site\\_petros/index\\_homologacao.html](http://www.fup.org.br/site_petros/index_homologacao.html)

## Plano Petros receberá mais de R\$ 6 bilhões

A repactuação do Plano Petros, que teve adesão de 58 mil participantes e assistidos, resolverá uma série de pendências do plano, garantindo o seu equilíbrio atuarial, através de aportes de mais de R\$ 6 bilhões que serão feitos pela Petrobrás. O Termo de Transação Judicial, homologado pela justiça no dia 26 de agosto, estabelece prazo de 60 dias para que a patrocinadora assine os contratos de pagamento das dívidas com a Petros. Ou seja, a Petrobrás tem até o final de outubro para formalizar os aportes financeiros para o Plano Petros referentes ao pagamento das dívidas do Pré-70, da correção das pensões e do FAT/FC.

Essas dívidas representavam em dezembro de 2006 cerca de R\$ 4,7 bilhões, que deverão ser atualizados pelo IPCA mais 6% ao ano. Além do pagamento destas dívidas, o Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR) garante que a Petrobrás aporte para o Plano Petros mais R\$ 1,4 bilhões (valores de dezembro de 2006) referentes à paridade contributiva. A FUP continua cobrando na Justiça o pagamento das demais dívidas que são objeto da Ação Civil Pública que a Federação e seus sindicatos movem contra a Petrobrás e que segue em tramitação na 18ª Vara Cível do

Rio de Janeiro.

O AOR é o maior acordo da história da categoria petroleira e do sistema de previdência complementar do Brasil. São mais de R\$ 6 bilhões que serão injetados no patrimônio do Plano Petros, propiciando seu equilíbrio atuarial e o saneamento de déficits técnicos que vêm se arrastando há anos. Além disso, a repactuação do regulamento do Plano garantiu aos participantes e assistidos uma série de conquistas, como a correção das pensões, a redução do limite de idade para o grupo 78/79, o custeio paritário do plano e a paridade na gestão da Petros. Para que essas conquistas sejam implementadas, é preciso aguardar os trâmites burocráticos referentes à aprovação das mudanças no Regulamento do Plano Petros.

AFUP continua fazendo gestões para acelerar este processo em Brasília, que já poderia ter sido concluído não fosse o terrorismo imposto pelos divisionistas para tentar impedir a homologação da transação judicial. Independentemente disto, a Federação está cobrando na campanha salarial que a Petrobrás efetue o pagamento do adiantamento dos benefícios para os aposentados e pensionistas que repactuaram.

## FUP reúne-se com a CNBB para buscar apoio na campanha por uma nova legislação para o pré-sal



Dirigentes da FUP participaram de reunião com o secretário geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Dimas Lara Barbosa, para discutir a urgência de uma nova legislação para o setor petróleo, que

garanta a soberania energética do país e a destinação das riquezas do pré-sal em benefício do povo brasileiro. A reunião ocorreu no último dia 09, na sede da CNBB, em Brasília.

Dom Dimas foi bastante receptivo à campanha por um projeto de lei de iniciativa popular que garanta o controle estatal e social sobre o petróleo e gás. O bispo manifestou seu apoio pessoal à luta por uma nova legislação e aproveitou a ocasião para assinar o abaixo assinado apresentado pela

FUP. Dom Dimas também se propôs a discutir com os colegiados de bispos o apoio formal da CNBB à campanha pelo abaixo assinado.

A Federação participou ainda de entrevistas em programas da CNBB transmitidos por cadeias de TV e rádio para divulgar o abaixo assinado e explicar a importância de uma mobilização nacional por uma nova legislação para o setor petróleo que se contraponha ao atual modelo de concessão da Lei 9.478/97.

**O Brasil precisa da sua  
[www.presal.org.br](http://www.presal.org.br) assinatura!**

Edição 865 - Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT [www.fup.org.br](http://www.fup.org.br)

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21) 3852-5002 [imprensa@fup.org.br](mailto:imprensa@fup.org.br) **Redação e Diagramação:** Alessandra Murteira - MTB 16763 **Projeto gráfico:** Cláudio Camillo MTB 20478 **Estagiária de jornalismo:** Carol Cavassa **Diretoria responsável por esta edição:** Anselmo, Caetano, Chicão, Daniel, Divanilton, Estêr, Leopoldino, Machado, Marlúzio, Moraes, Paulo César, Silva, Simão, Sinval e Ubiraney.